

Lobistas tomam conta do Congresso

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que vai determinar os rumos institucionais do País, começam a proliferar no Congresso Nacional os grupos empenhados em defender junto aos parlamentares os mais variados intere-

resses. São os lobistas, personagens já conhecidos de outras Legislativas e facilmente identificáveis nos corredores do legislativo pelo afã com que abordam e tentam convencer os constituintes da oportunidade e legitimidade de suas causas.

Há lobbies de todos os tipos e para todos os gostos. O dos bicheiros, que lutam pela liberação do jogo e pela reabertura dos cassinos; e o da Polícia Federal, que não quer perder seus atuais privilégios. Há quem seja contra o Plano de Reforma

Agrária do governo e os que ameaçam denunciar os parlamentares que boicotarem a redistribuição de terras. Os ministérios, as empresas privadas, nacionais e multinacionais, os militares, enfim, todos tentando de alguma forma puxar a brasa pa-

ra a sua sardinha. Vale tudo nesta guerra, desde o corpo a corpo até tentativas de suborno, se bem que os especialistas no assunto considerem a corrupção contraproducente. E os mais organizados montaram seus lob-

bies já durante a campanha eleitoral, conseguindo eleger bancadas próprias, como os grupos evangélicos e os empresários da saúde. (Levantamento da sucursal de Brasília e do serviço local. Texto final de Anabela Rebelato)

Trabalhar credenciado é melhor

Não é difícil atuar como lobista no Congresso. O próprio Regimento da Câmara disciplina a atividade, oferecendo-lhe, inclusive, algumas regalias, como instalações, o direito de oferecer sugestões às propostas em elaboração e credenciamento para transitar livremente nas suas dependências — mas o lobista não entra em plenário. Para representar interesses de entidades de classe, empresas e grupos econômicos, de governos estaduais e municipais, dos ministérios e órgãos subvencionados, basta registrar-se junto à primeira secretaria da Casa. Mas nada impede o lobista não credenciado de circular pelo Congresso e manter contatos com os parlamentares, o que costuma ser feito também em outros locais, como reuniões sociais, recepções oficiais, restaurantes e bares da moda em Brasília.

Oficialmente, não são credenciados lobistas que defendem interesses econômicos, só de classe, mas na prática a teoria é outra. Grupos como a Texaco, a Copersucar e a Souza Cruz, que até a legislatura passada estavam credenciadas a exercer a atividade na Câmara, não procuram os parlamentares para tratar de assuntos da categoria a que pertencem, mas de assuntos que afetam diretamente as empresas. Pode-se dizer que existe um lobby visível, que é praticado oficialmente por entidades de classe e assessores parlamentares que representam órgãos do governo e até mesmo algumas empresas privadas. E o invisível, que se desenvolve às vezes de forma sutil, através de convites para festas, viagens ao Exterior ou do oferecimento de certas facilidades e presentes — na última campanha, a Fiat vendeu a todos os parlamentares da bancada mineira um automóvel zero, para ser pago depois do pleito, quando o produto já havia sofrido vários aumentos.

No regime anterior, havia 18 luxuosas mansões em Brasília de empresas e grupos econômicos, justamente com essa finalidade. Com a Nova República, essa prática foi desaparecendo.

No final da legislatura passada, havia 163 lobistas credenciados na Câmara, sendo que 22 destruíam situação especial: eram os representantes de entidades de classe, que integravam o organograma da Casa como consultores de comissões técnicas. Havia ainda 89 assessores parlamentares com direito a gabinete, mas que não podiam opinar sobre as propostas em elaboração, funcionando apenas como observadores dos ór-

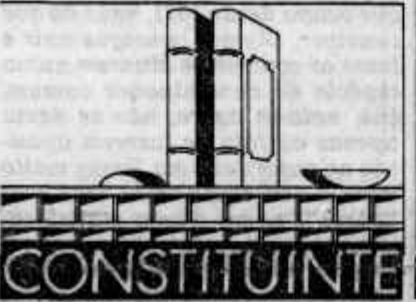
gãos do governo. Todos os ministérios têm os seus lobistas no Legislativo — o da Agricultura chegou a ter 12, e o da Previdência, nove.

Com o término da legislatura, todos os credenciamentos foram cancelados, mas a previsão é de que será multiplicado o número de solicitações para lobistas durante a Constituinte, quando grandes interesses estarão em jogo. Vários ministérios, como os militares, já providenciaram reforço de pessoal. Alguns lobbies informais, como o dos oficiais e praças punidos pelo regime de 64 e não anistiados amplamente, organizaram-se para defender suas reivindicações.

Outra categoria de lobby é a desenvolvida pelos próprios parlamentares, atuando em defesa de interesses de grupos e de categorias às quais pertencem, ou de posições políticas. Na legislatura passada, havia deputados que ofereciam seus serviços abertamente. O ex-deputado goiano Guido Arantes, que instalou escritório em Brasília para defender os interesses de empresas mineradoras e da área de energia, chegou a apresentar emenda a um projeto nacionalizando as empresas distribuidoras de petróleo.

Outro grupo que começa a se destacar é o dos evangélicos, que conta com 33 deputados — os deputados Dasso Coimbra e Fausto Rocha estão tentando organizá-los em favor de posições conservadoras e em defesa dos bons costumes. Cerca de 13 são considerados progressistas e reagem a esse tipo de lobby, como Lysiane Maciel, Nelson Aguiar, Celso Dourado e Benedita Silva.

A deputada Sandra Cavalcanti nega a existência de um lobby das parlamentares em favor das causas feministas. Segundo ela, o fato de as constituintes terem lutado unidas para conseguirem gabinetes com banheiros não representa a organização do grupo em favor de pontos de vista comuns. Pessoalmente, defende que as questões da mulher devam ser tratadas por todos os parlamen-



Até a polícia procura se garantir

Um dos mais fortes lobbies que se estão formando é o da Polícia Federal, que luta pela manutenção na Carta do atual artigo 8º, que fixa suas atribuições. Os agentes federais não querem perder o status de única polícia no mundo que tem sua ação garantida pela Constituição. "Vamos jogar pesado para manter na Constituição a nossa missão de executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes, de apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social e de prover a censura de diversões públicas" — comenta Vicente Chelotti, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal.

Chelotti garante que tem o apoio ostensivo de pelo menos 12 deputados e quatro senadores, "que mediante compromisso com nossa associação receberam os votos dos policiais federais e seus amigos e familiares". São 11 parlamentares do PMDB, três do PDS e dois do PFL, com tendências que vão de Hércules Fortes (PMDB-PI) a Delílim Netto (PDS-SP). E diz que só lamenta que o delegado federal Nascimento Alves Paulino não tenha sido eleito para a Câmara pelo PFL do Distrito Federal.

O lobby dos federais conta com o apoio do delegado Romeu Tuma, que até já conseguiu uma sala no Senado, onde vai funcionar uma assessoria parlamentar, para atuar junto aos constituintes, pedindo também a manutenção da censura na área da Polícia Federal. "Acho que vamos ganhar a parada" — diz, confiante, Vicente Chelotti, que trabalha na Divisão de Polícia Fazendária.

Mas a briga pela censura não vai ser fácil. Ela envolve parlamentares de várias tendências, o governo, a Igreja, o deputado e ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, os 200 censores atuais e o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas, Coriolano Fagundes. Aliás, o próprio Coriolano é um forte adversário dos federais nesse assunto. Bem antes de cair em desgraça junto a Romeu Tuma, acusado de envolvimento com a máfia do videopôquer, Coriolano Fagundes, respaldado por Lyra, defendia a mudança da censura, da Polícia Federal para o Ministério da Cultura. "A censura tem de ser um órgão

somente classificatório por faixas etárias, orientador da sociedade e longe da polícia. Perderia, assim, seu poder atual de reprimir, fiscalizar, de fechar casas de diversões. A Constituinte tem de nos dar isso" — defende Coriolano.

Para ele, a censura atual é uma superpolícia, que fiscaliza desde relações de trabalho entre artistas e empresários até boates, "um organismo esdrúxulo, que somente tenha existido igual na Alemanha de Hitler". O problema é que a maioria dos funcionários da censura não quer perder o poder de polícia. "Os censores — acrescenta Coriolano — estão habituados a ser tratados como autoridades, a ameaçar, prender, cortar, tirar do ar, mas eles não são culpados disso. São filhos da ditadura e sem nenhuma vivência democrática. Muitos acham a liberdade imoral".

REFORMA AGRÁRIA
Os mesmos lobbies que se formaram durante a discussão do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, dividindo os empresários rurais e entidades ligadas aos trabalhadores rurais, estão agora tomando félego para atuarem junto à Assembleia Nacional Constituinte. A Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) está montando seu escritório em Brasília, o mesmo ocorrendo com a União Democrática Ruralista



Ronaldo Caiado

tares, num contexto de problemas de interesse da Nação.

Um lobby que começa a ser identificado entre os novos parlamentares é o do sistema financeiro, representado, entre outros, pelos deputados Ronaldo César Coelho, dono da Multiplac, e Basílio Vilani, diretor do Bamerindus. De acordo com um deputado do PMDB, esse grupo tem pelo menos um aliado na bancada de cada Estado. A UDR também tem seu lobby, do qual faz parte o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), que engloba cerca de 70 constituintes, segundo cálculos de alguns deputados. A construção civil também se fará representar por ativos constituintes, bem como o setor eletro-eletrônico, onde se inclui o deputado Renato Johnson.

Um caso de lobby bem-sucedido foi desenvolvido pela Alcam, que tinha investido US\$ 240 milhões numa fábrica de laminados de alumínio para embalagens. Contratou um escritório especializado e deu início a uma batalha, afinal vitoriosa, para possibilitar que a empresa Reynolds, fabricante de embalagens de alumínio, se instalasse no País.

Tanto da parte do governo, como dentro e fora do Congresso, estão sendo montados fortes lobbies na área da Saúde. De um lado, os sanitaristas pertencentes à ala mais progressista, estão se mobilizando para garantir na nova Carta o que defendem há muitos anos como essencial a uma verdadeira e ampla reforma sanitária nacional: estatização do setor, criação de um sistema único de saúde descentralizado, a níveis estadual e municipal, e prioridade para a saúde pública. Ou seja, que o Estado assumia na prática a assistência à saúde dos brasileiros e que este deixasse de ser uma fonte de riqueza da iniciativa privada. Eles contam com o apoio dos deputados Carlos Sant'Anna e Max Mauro.

Do outro lado, atuam lobbies para impedir que a proposta dos sanitaristas seja incluída na Constituição, prejudicando seus lucrativos interesses comerciais. As pressões são muito específicas e os grupos claramente identificáveis. A Federação Brasileira de Hospitais, por exemplo, conta com grandes aliados dentro do Congresso, que são donos de hospitais e clínicas particulares, geralmente médicos. Alinham-se aqui também os interesses da indústria farmacêutica, dominada pelas multinacionais, que temem perder muito com a reforma sanitária.

(UDR), presidida por Ronaldo Caiado. Enquanto isso, o ministro Dante de Oliveira está ativando convênios com entidades como o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec) e a UnB para "criar uma ponte" com os constituintes, destinada a acompanhar de perto as discussões.

Nas últimas semanas, entidades pró e contra a reforma agrária começaram a divulgar documentos com suas propostas para a Constituinte. O último foi da Contag, entregue ao presidente Sarney e aos constituintes. O presidente da Contag, José Francisco da Silva, já anunciou que assessores indicados pelas federações acompanharão de perto o trabalho dos constituintes e estarão prontos para denunciar nos Estados as eventuais manobras de parlamentares contra a reforma, junto às suas bases eleitorais.

Intimamente vivendo o problema fundiário estão os brasiguaios, também organizados dentro da Constituinte através de seus representantes eleitos. Com os votos dos sem-terra, o deputado Sérgio Spada (PMDB-PR) acredita que a nova Constituição deverá propiciar a criação de sindicatos de classes fortalecidos e capazes de enfrentar legislações diferentes, como no caso das comunidades de brasiguaios, cidadãos de uma terra sem fronteira. Expulsos pela bargagem da grande usina de Itaipu, a maioria atravessou a fronteira para desenvolver a agricultura no Paraguai, somando-se aos 300 mil já lá instalados.

Também a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está se articulando para enfrentar a Constituinte, desde novembro de 85. Já no ano passado apoiou candidatos e agora conta com cerca de 40 parlamentares comprometidos com a sua carta de princípios. A OCB vai trabalhar por três pontos específicos: liberdade de associação; definição do Estado sobre a cultura cooperativa — a OCB quer que o Estado ensine cooperativismo desde o ensino básico até a universidade, como forma de promover o associativismo em currículo obrigatório — e absoluta isenção tributária sobre o ato cooperativo, ponto em que a classe se sente prejudicada. O presidente da entidade, Roberto Rodrigues, pleiteia a autogestão, o autocontrole e o fim da fiscalização governamental.



Lobistas em ação no Congresso, articulando a estratégia para mais uma investida

Profissional do ramo dá conselhos

HUGO STUDART

Os grupos que quiserem defender interesses na Constituinte devem esquecer os pudores, deixar de lado as extremas esquerda e direita e agir logo, defendendo seus pontos de vista junto à massa de parlamentares de centro, além de explicar, no corpo-a-corpo o que e por que querem, com base ética e jurídica. Mas nada de propinas ou propostas duvidosas, porque os parlamentares que as aceitam geralmente não têm poder de influência junto aos colegas. E, se a história vazar, será a desmoralização total da causa defendida, ainda que seja justa.

Estes são os conselhos de quem entende do assunto, o ex-ministro de Comunicação Social do governo Figueiredo, Sald Farhat, que hoje dirige um dos três maiores escritórios que se dedicam ao lobby no País, o Sempri. Farhat calcula que haverá de 150 a 200 diferentes grupos de pressão defendendo seus interesses na elaboração da futura Carta. Só seu próprio escritório, em Brasília, com 17 funcionários, fará lobby para 12 diferentes grupos e empresas.

"Os diferentes grupos sociais têm interesses legítimos mas antagônicos — ensina Farhat. O lobby é a representação dos interesses legítimos perante quem vai decidir." A palavra lobby ainda tem conotação pejorativa, mas o ex-ministro acredita que isso tende a mudar: "O problema é que alguns grupos de interesse procuram agir com métodos que nem sempre são os melhores. Acontecem subornos e corrupção em questões que deveriam ser discutidas como direito, não como favores".

Sald Farhat tem alguns conselhos para aqueles que possuem algum interesse a defender na Constituinte. O primeiro deles é que a causa tenha legitimidade ética e jurídica. A transparência do interesse também é fundamental. "Toda a vez que vou a alguma autoridade, começo dizendo: 'Tenho um cliente que tem tal interesse'. Se perguntar que cliente, não mintó. E preciso estabelecer entre o lobista e a autoridade uma relação de confiança. A pior coisa é a autoridade enfrentar alguém que finge ser amigo por interesse".

É importante, frisa Farhat, colocar no papel o objetivo a alcançar, a proposta a ser feita e seus fundamentos éticos e jurídicos. "Isso serve para que os membros do grupo cristalizem o pleito e ajuda os parlamentares a compreenderem melhor a legitimidade da causa". Na sua opinião, o lobby mais forte será o dos sindicatos: "Primeiro, porque só têm propostas simpáticas; depois, porque têm poder de mobilização. Não se imagina empresários, por exemplo, acampando na frente do Congresso para pressionar parlamentares. Restam-lhes apelar para a racionalidade. O lobby dos trabalhadores é mais emocional, porém é honesto".

Outra dica: é importante saber a biografia de cada parlamentar, antes de procurá-lo, saber de suas preferências pessoais, se é corintiano fanático, mais racional ou mais emocional, por exemplo. Mas é a legitimidade da causa que vai prevalecer, insiste Farhat. "Não acredito que ocorra algum caso de corrupção nesta Constituinte. O dinheiro deverá ser o menos significativo fator que atuará na hora das votações. Se algum lobista insinuar alguma propina e o parlamentar não aceitar, pode esquecer a causa, pois já está desmoralizada. E os parlamentares que a aceitam, geralmente não têm influência junto aos colegas".

Bicheiro sem mandato não perde a esperança

ÉDISON MOTTA

Do 17º andar o imponente edifício da avenida Angélica, próximo ao centro de São Paulo, onde ocupa todo o andar com o escritório central de suas empresas, o empresário Ivo Noal, após uma série de insistentes telefonemas, dispõe-se a falar de um negócio especial de que ele entende: o jogo do bicho.

Impecavelmente vestido em traje esporte, bem disposto, Ivo quebra o gelo quando percebe que interessa ao jornalista saber se a contravenção entra ainda para conseguir a legalização desse negócio que movimenta, diariamente, nada menos que 150 milhões de cruzados só na Grande São Paulo, e mais de 70 milhões no Interior.

Ivo sorri e deixa escapar a mágoa atravessada na garganta desde meados do ano passado, quando tentou, sem sucesso, ser candidato a deputado constituinte, exatamente para defender a liberalização e legalização do jogo. "Impediram minha candidatura — diz —, não porque devesse alguma coisa à Justiça, mas porque eu estava filiado ao PDT. Soube, depois, que a candidatura foi abortada por motivos políticos. Sendo eu do PDT e com eleição praticamente certa, arrastaria votos para o partido, elegendo mais dois ou três. E disso o governo federal não quer nem ouvir falar. Mas a verdade é que eu nem conheço o Leonel Brizola e fui vítima de uma grande injustiça".

Aos poucos, Ivo fala da máquina da contravenção, apenas com "um grande conhecido" e não como banqueiro do jogo — ele faz questão de reafirmar — expondo que, naquele escritório, se concentram empresas de aviação, agropecuária e comunicação. Mas revela que a contravenção tem interesse na legalização e privatização do jogo do bicho, "nem tanto pelos banqueiros — diz —, mas pelas 700 mil pessoas envolvidas diretamente com o jogo na Grande São Paulo e mais 300 mil no Interior. Ou seja, um milhão de pessoas que sobrevivem dessa atividade".

"Estamos esperando as coisas se assentarem na Constituinte — acrescenta — para podermos reunir os deputados que se interessam pelo assunto e esclarecer tudo o que se passa nos bastidores do jogo do bicho. Os deputados saberão, por exemplo, que essa atividade é a que reúne maior número de deficientes físicos, seniores aposentados, viúvas, do-



Ivo Noal

nas-de-casa, enfim, muitas pessoas que não conseguem colocação no mercado de trabalho. Saberão, também, que é impossível ao governo assumir o jogo, pois todo ele está concentrado na confiança e na atividade humana. Não há computador que possa disciplinar a velocidade das operações. Por exemplo: um apostador faz seu jogo às 14 horas e às 16 já tem o prêmio na mão."

O "assentamento" que Ivo espera é a própria tendência da Constituinte que, ele acredita, será favorável à liberação do jogo. Ele revela que existem dezenas de deputados eleitos simpáticos à idéia, pois vêm na atual situação uma verdadeira hipocrisia nacional. Ivo não admite que muitos deputados tenham sido eleitos com dinheiro dos bicheiros. Pelo contrário, diz ele, a Constituinte não tem nenhum representante direito do jogo.

"As pessoas que vivem do jogo, os cambistas, são pessoas simples, que sustentam suas famílias com esse dinheiro. Elas próprias se encarregam de separar o joio de trigo. Tráfico de drogas sempre houve, com suas peculiaridades próprias. É um crime querer associar o jogo do bicho ao tráfico." Quanto à polícia, Ivo observa que, sendo o jogo uma ilegalidade, é natural que esteja sempre às voltas com a ação dos policiais.

Ivo insiste no ponto de que a legalização do jogo interessa muito mais ao Estado e às inúmeras pessoas, no País inteiro, nele envolvidas. "A proposta dos banqueiros — conta ele — é a legalização e credenciamento da iniciativa privada. Eles pretendem que os banqueiros tradicionais, notórios, sejam credenciados para integrar uma comissão encarregada de disciplinar quem participa do jogo." E sugere também pela contravenção, segundo Ivo, a criação de um imposto de 4% sobre a atividade, "o que possibilitaria ao governo uma grande arrecadação, para investir em obras sociais".

Esta proposta, acentua Ivo, já foi formalizada, através de um advogado do Rio de Janeiro, Michael Asséf, representando o pensamento dos banqueiros. Encontra-se em tramitação no Congresso e, agora à disposição dos constituintes.

Ivo Noal explica que, em São Paulo, são feitas apostas remetidas de Nova York, Miami e do Paraguai. Revela que os cambistas recebem 25% de comissão por seu trabalho e que a praça paulista, embora colete um número menor de apostas do que o Rio de Janeiro, supera, de longe, o volume de dinheiro arrecadado, em virtude da renda dos apostadores paulistas ser maior.

Entre São Paulo e Rio existem aproximadamente 1.200 banqueiros, mas no primeiro escalão da contravenção militam pouco mais de 30 em São Paulo e 50 no Rio.

Tranquilo, confiante no que ele define como "bom senso" dos constituintes, Ivo diz que está à disposição dos parlamentares e autoridades para ajudar a tornar o jogo uma atividade legal. E vê nisso uma contribuição social: "A partir da legalização será possível dar assistência trabalhista e previdenciária a todas essas pessoas. Elas poderão, também, ter suas entidades de classe, associações, sindicatos e, enfim, viver de acordo com a lei".